

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	32

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	98
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	102
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	103
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	104
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	105

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	17.063.590	15.298.091	12.518.708
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	312.432	1.340.811	988.601
1.01.01	Caixa	212.413	190.648	196.602
1.01.01.01	Caixa	212.413	190.648	196.602
1.01.02	Aplicações de Liquidez	100.019	1.150.163	791.999
1.01.02.01	Revendas a Liquidar - Posição Bancada	100.019	1.150.163	791.999
1.02	Ativos Financeiros	16.298.571	13.567.032	11.179.278
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	342.108	315.076	279.260
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	342.108	315.076	279.260
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	15.956.463	13.251.956	10.900.018
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	502.602	575.602	788.594
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.851.201	1.551.761	1.133.007
1.02.04.04	Operações de Crédito	12.756.479	10.396.744	8.284.175
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-336.605	-240.904	-203.329
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.182.786	968.753	897.571
1.03	Tributos	246.491	189.290	158.937
1.03.03	Outros	246.491	189.290	158.937
1.03.03.01	Créditos Tributários	246.491	189.290	158.937
1.04	Outros Ativos	11.144	9.674	9.705
1.04.03	Outros	11.144	9.674	9.705
1.04.03.01	Outros Ativos	12.944	11.474	11.505
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	28	28	32
1.05.05	Outros Investimentos	28	28	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	28	32
1.06	Imobilizado	58.916	60.723	60.758
1.06.01	Imobilizado de Uso	235.118	225.724	213.599
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	235.118	225.724	213.599

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.06.03	Depreciação Acumulada	-176.202	-165.001	-152.841
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-176.202	-165.001	-152.841
1.07	Intangível	136.008	130.533	121.397
1.07.01	Intangíveis	232.823	229.897	193.364
1.07.01.01	Intangíveis	232.823	229.897	193.364
1.07.03	Amortização Acumulada	-96.815	-99.364	-71.967
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-96.815	-99.364	-71.967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	17.063.590	15.298.091	12.518.708
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	14.656.558	13.216.225	10.595.809
2.02.01	Depósitos	12.875.114	12.448.917	10.304.800
2.02.01.01	Depósitos a Vista	863.389	1.694.744	1.608.265
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	9.779.872	9.153.017	7.241.218
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	454.299	0	0
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.777.554	1.601.156	1.455.317
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	1.100.173	378.619	102.312
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	1.100.173	378.619	102.312
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	681.271	388.689	188.697
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	102.019	94.042	72.154
2.02.03.02	Relações Interdependência	18.572	20.059	3.250
2.02.03.03	Emissão de Títulos	508.329	169.199	11.923
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	9.577	78.857	63.230
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	42.774	26.532	38.140
2.03	Provisões	230.207	210.086	146.202
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	167.984	149.646	85.962
2.03.02	Provisão para Contingências	62.223	60.440	60.240
2.05	Outros Passivos	268.516	178.606	137.999
2.05.01	Outras Obrigações Fiscais	11.500	6.086	3.398
2.05.02	Outras Obrigações	257.016	172.520	134.601
2.07	Patrimônio Líquido	1.908.309	1.693.174	1.638.698
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.122	1.473.122	1.473.121
2.07.04	Reservas de Lucros	435.187	220.052	165.577
2.07.04.01	Reserva Legal	35.080	21.024	12.064
2.07.04.02	Reserva Estatutária	360.046	199.028	137.533
2.07.04.08	Dividendo Adicional Proposto	40.061	0	15.980

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	3.002.418	2.605.566	1.841.072
3.01.01	Operações de Crédito	2.631.859	2.061.021	1.659.467
3.01.02	Resultado de Oper. c/ Titulos e Valores Mobiliários	317.350	498.417	164.781
3.01.03	Resultado de Aplicações Compulsórias	42.585	31.479	12.149
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	10.624	14.649	4.675
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.416.411	-1.351.428	-508.133
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-1.138.460	-1.146.958	-364.601
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-9.871	-13.677	-5.872
3.02.03	Provisão para Crédito em Liquidação Duvidosa	-268.080	-190.793	-137.660
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.586.007	1.254.138	1.332.939
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-1.075.785	-969.303	-889.868
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	211.134	178.481	142.888
3.04.03	Despesas com Pessoal	-654.193	-570.580	-504.660
3.04.03.01	Despesas com Pessoal	-654.193	-570.580	-504.660
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-520.000	-490.246	-462.904
3.04.04.01	Outras Despesas Administrativas	-520.000	-490.246	-462.904
3.04.05	Despesas Tributárias	-107.849	-85.082	-83.065
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-107.849	-85.082	-83.065
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	79.773	82.296	69.599
3.04.06.01	Outras Receitas Operacionais	79.773	82.296	69.599
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-84.650	-84.172	-51.726
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-84.650	-84.172	-51.726
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	510.222	284.835	443.071
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-178.707	-69.971	-159.767
3.06.01	Corrente	-228.574	-100.324	-164.348
3.06.01.02	Provisões para Imposto de Renda	-123.876	-53.891	-84.617
3.06.01.03	Provisões para Contribuição Social	-104.698	-46.433	-79.731
3.06.02	Diferido	49.867	30.353	4.581

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.06.02.02	Ativo Diferido	49.867	30.353	4.581
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	331.515	214.864	283.304
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	331.515	214.864	283.304
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-50.387	-35.685	-42.019
3.10.01	Participações	-50.387	-35.685	-42.019
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	281.128	179.179	241.285
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	29,525	18,818	25,341
3.99.01	Lucro Básico por Ação	29,525	18,818	25,341
3.99.01.01	ON	29,52512	18,81799	25,34067

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	281.128	179.179	241.285
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	281.128	179.179	241.285
4.04	Resultado Abrangente do Período	281.128	179.179	241.285

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-923.687	495.285	-169.511
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	803.027	535.006	620.117
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	510.222	284.835	443.071
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	292.805	250.171	177.046
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.726.714	-39.721	-789.628
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	73.001	212.993	-57.095
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-310.701	-430.045	-102.473
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras / Interdependência	-174.955	2.396	-36.504
6.01.02.04	Operações de Crédito	-2.530.567	-2.269.137	-2.126.715
6.01.02.05	Outros Créditos	-137.329	-79.775	-23.559
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-1.464	31	-2.951
6.01.02.07	Outras Obrigações	31.955	1.731	9.466
6.01.02.08	Depósitos	426.197	2.144.115	1.827.980
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	721.554	276.307	-64.724
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	339.130	157.275	-137.822
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	15.138	10.937	8.603
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	-9.187	-6.918	79.384
6.01.02.13	Impostos e contribuição social pagos	-169.486	-59.631	-163.218
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.836	-44.354	-12.848
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-9.527	-12.136	-14.758
6.02.05	Aplicação no Intangível	-44.909	-45.905	-10.839
6.02.09	Títulos e Valores Moiliários Mantidos até o vencimento	11.600	13.687	12.749
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-61.855	-98.721	-98.625
6.03.03	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pg ou Prov	-61.855	-98.721	-98.625
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.028.378	352.210	-280.984
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.340.811	988.601	1.269.585
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	312.433	1.340.811	988.601

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	220.052	0	0	0	1.693.174
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	774	0	0	0	774
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	220.826	0	0	0	1.693.948
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	40.061	0	-106.829	0	-66.768
5.04.06	Dividendos	0	0	40.061	0	-44.974	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-61.855	0	-66.768
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	281.128	0	281.128
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	281.128	0	281.128
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	174.299	0	-174.299	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	174.299	0	-174.299	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	435.186	0	0	0	1.908.308

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	165.577	0	0	0	1.638.699
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-26.003	0	22	0	-25.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	139.574	0	22	0	1.612.718
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-30.625	0	-68.098	0	-98.723
5.04.06	Dividendos	0	0	-30.625	0	14.645	0	-15.980
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-82.743	0	-82.743
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	179.179	0	179.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	179.179	0	179.179
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	111.103	0	-111.103	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	111.103	0	-111.103	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	220.052	0	0	0	1.693.174

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	172.457	0	-167.934	0	-91.688	0	-87.165
5.04.01	Aumentos de Capital	172.457	0	-172.457	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	4.523	0	-15.980	0	-11.457
5.04.06.01	Dividendo Adicional Proposto	0	0	15.980	0	-15.980	0	0
5.04.06.02	Dividendos	0	0	-11.457	0	0	0	-11.457
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-75.708	0	-75.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	241.285	0	241.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	241.285	0	241.285
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	149.597	0	-149.597	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	149.597	0	-149.597	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	3.025.243	2.675.550	1.926.830
7.01.01	Intermediação Financeira	3.002.418	2.605.566	1.845.712
7.01.02	Prestação de Serviços	211.134	178.481	142.888
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-268.080	-190.793	-107.209
7.01.04	Outras	79.771	82.296	45.439
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.148.331	-1.160.635	-431.990
7.02.01	Captação	-1.138.460	-1.146.958	-364.601
7.02.02	Obrigações por Empréstimo e Repasse	-9.871	-13.677	-5.872
7.02.03	Despesas de Câmbio	0	0	-3.500
7.02.04	Titulos e Valores Mobiliários	0	0	-58.017
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-516.530	-491.430	-389.683
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-25.854	-25.104	-25.729
7.03.02	Serviços de Terceiros	-409.279	-382.154	-362.814
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-81.397	-84.172	-1.140
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.360.382	1.023.485	1.105.157
7.05	Retenções	-48.774	-47.391	-42.772
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.774	-47.391	-42.772
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.311.608	976.094	1.062.385
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.311.608	976.094	1.062.385
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.311.608	976.094	1.062.385
7.09.01	Pessoal	614.562	526.919	478.936
7.09.01.01	Remuneração Direta	447.306	384.437	355.027
7.09.01.02	Benefícios	135.244	115.002	96.818
7.09.01.03	F.G.T.S.	32.012	27.480	27.091
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	376.573	234.399	310.575
7.09.02.01	Federais	364.730	224.336	302.453
7.09.02.02	Estaduais	17	9	0
7.09.02.03	Municipais	11.826	10.054	8.122

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	39.345	35.597	31.589
7.09.03.01	Aluguéis	39.345	35.597	31.589
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	281.128	179.179	241.285
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	61.855	98.720	75.708
7.09.04.02	Dividendos	0	0	15.980
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	219.273	80.459	149.597

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Sobre o Banpará**

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) é uma Sociedade de Economia Mista, organizada sob a forma de banco múltiplo. Criada desde 1959, tem como missão criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

O Banpará, hoje com 199 unidades de atendimento, possui um portfólio de produtos e serviços financeiros disponíveis aos seus clientes e usuários e participa de diversos programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais, como agente financeiro oficial do Governo do Estado.

Diretoria**Ruth Pimentel Mélo***Diretora-Presidente***Adriano de Aguiar Ribeiro***Diretor de Tecnologia***Graciele Silva de Sousa Galvão***Diretora Comercial e Fomento***Igor Barbosa Gonçalves***Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores***Paulo Roberto Arevalo Barros Filho***Diretor Administrativo***Vando Vagner Soares Ferreira***Diretor Financeiro e de Produtos e Serviços Comerciais***Ruth Pimentel Mélo***Diretora-Presidente*

"A primeira mulher a assumir a presidência do Banpará, destaca-se por seu perfil executivo exemplar. Profissional com formação em Ciências Econômicas, Pós-graduada em Gestão de Projetos e MBA em Gestão Empresarial, acumula experiência de mais de 39 anos dedicados à instituição.

Ao longo de sua trajetória ascendente no Banpará, Ruth ocupou diversas posições-chave, incluindo Gerente Geral, Gerente de Serviços Internos, Chefe do Núcleo de Relacionamento com o Governo, Superintendente de Negócios e Assessora da Diretoria. Além disso, desempenhou papéis estratégicos como Diretora de Seguridade da Caixa de Previdência do Banco do Estado do Pará e Diretora Financeira.

Atualmente, como Diretora-presidente do Banpará e Conselheira de Administração, Ruth Mélo demonstra determinação, foco, motivação e disciplina como marcas distintivas de sua personalidade corporativa, características as quais considera fundamentais para o sucesso em qualquer empreitada e acredita que ao traçar objetivos e equipar-se com essas ferramentas, é certo alcançar o topo das conquistas planejadas. O perfil executivo de Ruth destaca-se como um exemplo de liderança e competência no cenário bancário."

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 4T2023, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Boa leitura!





Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CENÁRIO ECONÔMICO**CENÁRIO INTERNACIONAL**

O **Fundo Monetário Internacional (FMI)** informou, em janeiro de 2024, que revisou a estimativa de crescimento da economia mundial de 3,10%, ante 3,00% da previsão anterior, outubro de 2023. Já em 2024 e 2025, a estimativa de crescimento é de 3,10% e 3,20%, respectivamente.

A expectativa do FMI para o crescimento das economias avançadas é de 1,60% para 2023 e de 1,50% para 2024. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa de crescimento é de 4,10% para 2023 e 2024.

Já para a Ásia emergente e em desenvolvimento a projeção de crescimento é de 5,40% para 2023 e de 5,20% para 2024.

CENÁRIO NACIONAL

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais, divulgados em dezembro de 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 0,10% na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2023. Destaque para a Indústria e Serviços que apresentaram crescimento de 0,60%, seguidos de Agropecuária que registrou variação de -3,30%. Em comparação ao terceiro trimestre de 2022, o PIB aumentou 2,00% no terceiro trimestre de 2023.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou crescimento de 0,56% no mês de dezembro de 2023 e 4,62% no acumulado dos últimos 12 meses.

CENÁRIO REGIONAL

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para a economia do Pará em 2023 e 2024 é de 2,63% e 2,78%, respectivamente. Nesse sentido, o IBCR-PA de novembro de 2023 apresentou crescimento de 8,64% em relação a novembro de 2022 (série dessazonalizada).

A indústria paraense também apresentou resultado positivo no quarto trimestre de 2023, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, com crescimento de 12,80% em relação a novembro de 2022.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONTÁBEIS

Destaques do Resultado - R\$ Mil	2023	2022	V12M	4T2023	3T2023	V3M
Receitas Totais	3.293.323	2.866.342	14,90%	869.655	845.316	2,88%
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	1.586.007	1.254.138	26,46%	458.421	387.865	18,19%
Resultado Operacional	515.448	296.734	73,71%	169.022	115.906	45,83%
Margem Financeira	1.854.088	1.444.930	28,32%	529.084	475.966	11,16%
Lucro Líquido	281.128	179.179	56,90%	101.232	64.804	56,21%
Receita de Serviços	211.134	178.481	18,29%	55.580	54.196	2,55%
Despesas com Provisões (PCLD)	268.080	190.793	40,51%	70.663	88.100	-19,8%
Despesas Administrativas	520.000	490.246	6,07%	134.090	132.035	1,56%
Despesas com Pessoal	654.193	570.580	14,65%	173.661	163.998	5,89%

O Lucro Líquido do ano de 2023 alcançou o montante de R\$ 281.128 mil, apresentando um aumento de 56,90% em relação ao ano de 2022. O resultado positivo foi decorrente do bom desempenho operacional com o aumento da carteira de crédito, com destaque para o produto consignado e o resultado da intermediação financeira, e receitas de serviços.



Lucro Líquido
R\$ 281,1 milhões
▲ 56,9% (12m)

Já as despesas administrativas do 4º trimestre de 2023, quando comparadas ao 3º trimestre de 2023, apresentaram uma pequena alta de 1,56%. Quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 6,07%, com destaque para a conta de reajuste salarial, resultante de acordo coletivo. Isso decorre principalmente do aumento de gastos com transportes em decorrência da expansão da rede de agências e serviços de terceiros provenientes de reajustes contratuais.

Itens Patrimoniais – R\$ Mil	4T2023	3T2023	V3M	4T2022	V12M
Ativos Totais	17.063.590	16.629.443	2,61%	15.298.091	11,54%
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	12.940.911	12.684.287	2,02%	10.576.870	22,35%
Apli. Interfinanceiras de Liquidez	602.621	493.250	22,17%	1.725.765	-65,08%
TVM	1.851.201	1.722.502	7,47%	1.551.761	19,30%
Captações Totais	14.483.616	14.050.147	3,09%	12.996.734	11,44%
Patrimônio Líquido	1.908.309	1.843.243	3,53%	1.693.174	12,71%

Os Ativos Totais cresceram 11,54% na comparação com o 4T2022, influenciados pelo crescimento das operações de crédito. Para a mesma data base, o Patrimônio Líquido aumentou 12,71%, reflexo da incorporação do resultado ao período. Na comparação anual, referente a variação nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, houve ajuste no fluxo de caixa, no qual o Banco passou a ser menos doador de operações compromissadas.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índices e Medidas de Eficiência (%)	4T2023	3T2023	V3M	4T2022	V12M
Inadimplência (% da Carteira)	1,72%	1,54%	11,69%	1,34%	28,36%
Índice de Basileia	15,06%	15,07%	-0,07%	16,16%	-6,81%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	1,74%	1,45%	20,00%	1,18%	47,46%
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE)	15,44%	12,92%	19,50%	10,64%	45,11%
Índice de Eficiência	65,34%	68,56%	-4,70%	74,05%	-11,8%
Índice de Provisão	2,57%	2,43%	5,76%	2,22%	15,77%
Margem Líquida	8,57%	7,38%	16,12%	6,80%	26,03%
Índice de Cobertura	32,27%	31,53%	2,35%	31,28%	3,16%

No 4T2023, o ROE aumentou 19,50%, quando comparado ao 3T2023, decorrente do aumento do lucro, impactado pelo resultado da intermediação financeira.

Já o índice o ROA, referente ao 4T2023 cresceu 47,46% em relação ao 4T2022, evidenciando crescimento do lucro a partir da aplicação dos seus ativos.



Índice ROE

15,44%

▲ **45,11% (12m)**

Funding - R\$ Mil	4T2023	3T2023	V3M	4T2022	V12M
Depósitos à Vista	863.389	2.490.499	-65,33%	1.694.744	-49,05%
Depósitos de Poupança	1.777.554	1.631.583	8,95%	1.601.156	11,02%
Depósitos a Prazo	9.779.872	8.013.156	22,05%	9.153.017	6,85%
Letras Financeiras	508.329	493.247	3,06%	169.199	200,43%
Obrig. Oper. Comprom.	1.100.173	979.779	12,29%	378.619	190,58%
Obrig. Emprést. Repasse	52.352	30.053	74,20%	105.389	-50,33%
Depósito Interfinanceiro	454.299	441.883	2,81%	-	-
Total	14.535.968	14.080.200	3,24%	13.102.124	10,94%

Em 2023, o Banpará encerrou o ano com um saldo total de 14,54 bilhões de funding, representando um avanço de 10,94% em comparação ao ano anterior. Destacam-se os Depósitos à Vista, com uma queda significativa de -49,05% em relação ao ano anterior e -65,33% em comparação ao 3T2023, justificado pela migração de parte dos recursos para Depósitos a Prazo, que por sua vez registraram um aumento de 22,05% na base trimestral.

As Letras Financeiras apresentaram um crescimento expressivo de 200,43% em relação ao ano anterior, indicando uma maior confiança dos investidores e uma preferência por investimentos de longo prazo. Essas variações refletem movimentos estratégicos do Banco, visando manter sua competitividade no mercado financeiro.

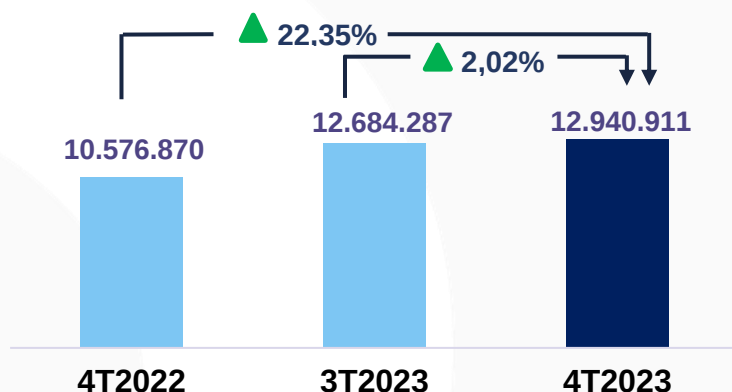
Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CARTEIRA DE CRÉDITO

As Operações Totais de Crédito alcançaram um incremento de 22,35% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, com destaque para o bom desempenho das operações de crédito, com crescimento das rendas com consignado, sazonais e banparacard, bem como, o crescimento nas receitas da carteira imobiliária.

Operações de Crédito – (R\$ Mil)



Qualidade da Carteira de Crédito por Nível de Risco

Classe de Risco	4T2023	3T2023	4T2022
AA	59,74%	60,09%	60,66%
A	33,92%	34,05%	33,36%
B	2,05%	1,35%	2,18%
C	0,48%	0,86%	0,53%
D	1,09%	0,97%	0,91%
E - H	2,71%	2,68%	2,36%

No 4T2023, o Banpará manteve 96,19% do seu crédito nas classes de risco AA - C. No 3T2023, esse percentual foi de 96,35%. Essas classificações, concentradas no intervalo AA-C, estão relacionadas ao volume das operações transacionadas em consignação em folha de pagamento e das concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada.



BNDES
R\$ 42 milhões

O Banpará é credenciado ao BNDES para operacionalizar suas linhas de crédito, fortalecendo a economia do Estado.



ENERGIA SOLAR
R\$ 44,3 milhões

1.470 operações ativas de financiamento de Energia Solar nos lares dos paraenses de todo o Estado.



MICROCRÉDITO
R\$ 94,4 milhões

Linha de crédito para micro e pequenos empreendedores do Estado, destinada a suas necessidades de giro ou investimento.



IMOBILIÁRIO
R\$ 879,7 milhões

O Crédito Imobiliário Banpará conta com as melhores taxas do mercado, financiando até 90% do valor avaliado. Em realção a 2022, o saldo da carteira aumentou em 98%.



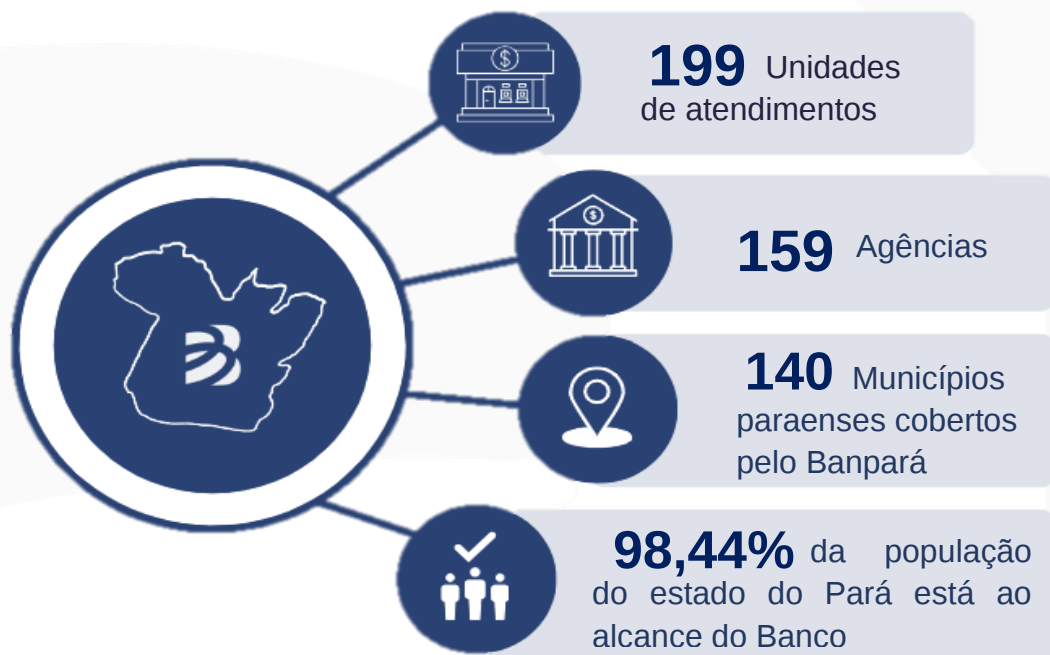
RURAL
R\$ 140 milhões

Linha de crédito destinada a apoiar pequenos a grandes produtores, seja com custeio, investimento, comercialização e/ou industrialização.

RESULTADOS DE OUTRAS LINHAS

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
COBERTURA GEOGRÁFICA



O Banpará finalizou o ano de 2023 com 199 unidades de atendimento, entre Agências, Postos de Atendimento, Caixas de Atendimento Avançados – CAV's e Postos de Atendimento Eletrônicos – PAE'S.

Com a atual expansão da rede de atendimento, 98,44% dos residentes no estado do Pará têm acesso a uma agência ou posto de atendimento do Banpará, visto que o Banco está presente em 140 municípios. Ademais, ao final de 2023, o Banpará possuía 159 agências, correspondente a mais de 31% das agências bancárias localizadas no Estado do Pará.

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 2023 E 2022

Região de Integração	2023			2022		
	Banpará	Todos os Bancos	Cobertura do Banpará (%)	Banpará	Todos os Bancos	Cobertura do Banpará (%)
Araguaia	15	42	36%	15	42	36%
Baixo Amazonas	14	44	32%	14	44	32%
Carajás	14	53	26%	14	55	25%
Guajará	18	125	14%	18	131	14%
Guamá	19	42	45%	18	41	44%
Lago de Tucuruí	07	25	28%	6	24	25%
Marajó	14	22	64%	13	21	62%
Rio Caeté	15	29	52%	15	29	52%
Rio Capim	16	45	36%	15	44	34%
Tapajós	06	15	40%	06	15	40%
Tocantins	12	42	29%	12	42	29%
Xingu	09	25	36%	09	25	36%
Total	159	509	31%	155	513	30%

¹ Fonte: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/agenciasconsorcio>. Base: Dez/23.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CANAIS E CLIENTES

Volume de transações

No ano de 2023 foram transacionados cerca de R\$ 45 bilhões nos canais eletrônicos disponibilizados pelo Banpará. Em termos percentuais, o volume de transações nos canais representou um crescimento de 13,96% em relação a 2022.

Canais

No fechamento de 2023, o Banpará alcançou mais de 48 milhões de acessos aos seus canais eletrônicos. Nesse mesmo período, as operações efetuadas por meio de pagamento instantâneo, Pix, representaram 60,51% do total das transações efetuadas.

Além disso, foram realizados 131.632 atendimentos via Assistente Virtual, quantidade superior aos atendimentos via SAC (que acontecem por telefone e por intermédio do Portal Institucional).

MEIOS DE PAGAMENTOS

3T2023

R\$ 4.486 milhões

Valor transações Pix

4T2023

R\$ 5.111 milhões

Valor transações Pix

Valor de Transações Pix

Crescimento

+34%

+22%

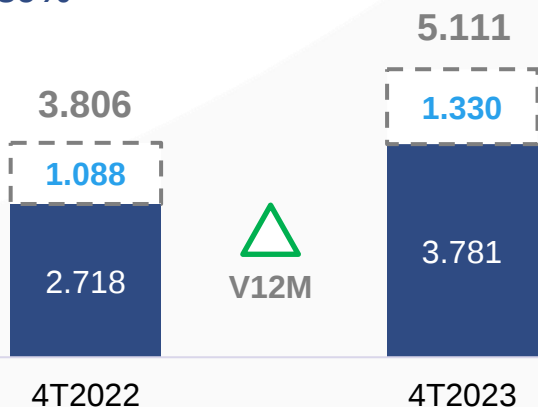
+39%

Crescimento

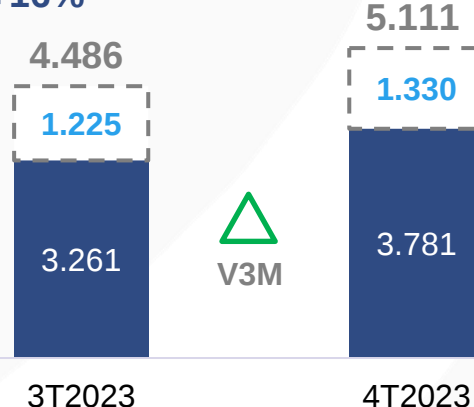
+14%

+9%

+16%



■ Pagamento ■ Recebimento



■ Pagamento ■ Recebimento

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECURSOS HUMANOS

O Banpará encerrou o ano de 2023 com um total de 2.581 funcionários, tendo um quadro composto por diversos níveis de formação, com profissionais de nível superior, médio e fundamental, admitidos por meio de concurso público, consolidando uma força de trabalho abrangente e dedicada.

Ações preventivas

Durante todo o ano de 2023 foram realizadas diversas campanhas e ações preventivas pelo Banpará, beneficiando não só os funcionários como também o público externo, a exemplo das campanhas de vacinação (contra Meningite C, Covid-19, Influenza, Bivalente, Sarampo, Caxumba, Rubéola, Antitetânica) e de doação de sangue.

Treinamento e Capacitação



As ações de treinamentos são estruturadas de acordo com as Trilhas de Conhecimentos que são um conjunto integrado de ações de capacitação relacionadas ao progresso na carreira dos empregados.

Outras ações de treinamento e capacitação

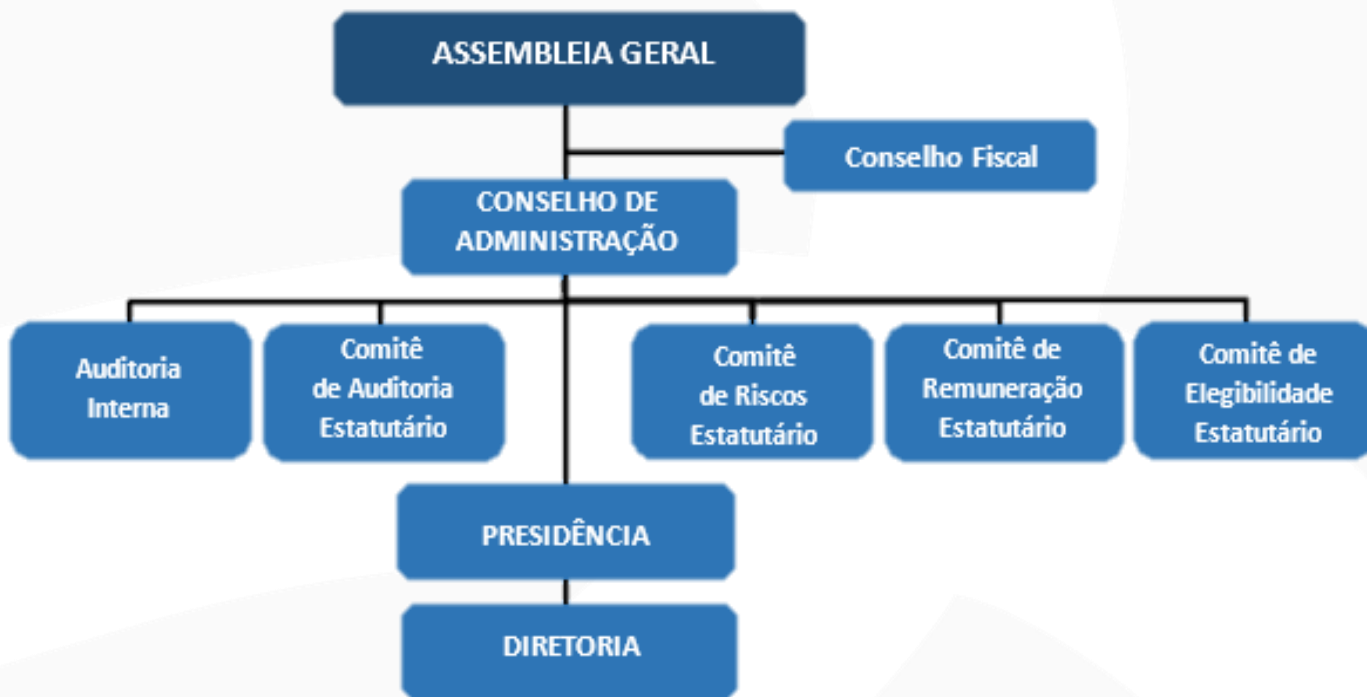
- Processos de integração (onboarding);
- Treinamentos para melhorar habilidades específicas de trabalho;
- Incentivo ao autodesenvolvimento;
- Treinamentos com foco no bem-estar, saúde mental, qualidade de vida;
- Semana de Compliance, com o uso de gameificação e inteligência artificial.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco do Estado do Pará S.A está aderente às melhores práticas de mercado, no que se refere à sua estrutura de Governança Corporativa. Para isso, a instituição conta com uma estrutura sólida e bem definida, composta por diferentes órgãos de gestão e fiscalização:



Conselho de Administração, composto por 8 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas e supervisionar as ações da gestão. Enquanto a Diretoria Colegiada, composta por uma Diretora Presidente e 5 (cinco) diretores, é responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho e praticar os atos necessários à realização dos objetivos sociais da companhia, em conformidade com a legislação em vigor e com o Estatuto Social.

O Banco conta ainda com comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: o Comitê de Auditoria, o Comitê de Riscos, Comitê de Elegibilidade e o Comitê de Remuneração.

Com essa estrutura de Governança Corporativa, o Banco tem como objetivo maximizar o valor a Instituição e garantir a sustentabilidade dos negócios a longo prazo, com ética e responsabilidade, atuando sempre em conformidade com as normas regulatórias e as melhores práticas de mercado.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM INVESTIDOR

Estrutura Acionária

Acionista	Ações	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	19	0,0002%
Outros	1.442	0,0152%
Total	9.521.649	100%

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

Rating

Rating de longo prazo

			
	Local	Global	Soberano
	AA.br	Ba2	Ba2
	brAA+	BB-	BB-

Todas as informações e relatórios das Agências de *Rating* estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Banpará (ri.banpara.b.br) na seção de Governança Corporativa e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Remuneração aos Acionistas

O Banco do Estado do Pará S.A. possui a Política de Pagamento de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, que busca informar ao mercado sobre as práticas adotadas quanto a remuneração aos acionistas da Companhia.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS E DE CAPITAL

O Banpará é dedicado ao gerenciamento eficaz de riscos financeiros e de capital, seguindo as diretrizes do Comitê de Basileia, as melhores práticas de mercado e normas internas e externas. O Banco busca constantemente aprimorar seus processos, políticas e sistemas para fornecer informações cruciais para a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos em linha com os objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banpará é adaptada ao seu modelo de negócios, natureza de operações e complexidade dos produtos.

RISCO DE MERCADO

A Gerência de Risco de Mercado e Liquidez monitora e controla exposições aos riscos de mercado, incluindo avaliações de novas atividades e produtos, garantindo conformidade com procedimentos e controles.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco segue rigorosamente a Resolução CMN nº 4.557/2017 e as melhores práticas do mercado financeiro para gerenciar riscos de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia.

RISCO DE CRÉDITO

São utilizadas análises objetivas e modelos internos para classificar o risco dos clientes, levando em consideração o risco do cliente e da operação, além do risco do grupo econômico para pessoa jurídica.

Em relação ao risco de crédito, a provisão para crédito de liquidação duvidosa é estruturada com base em diversos critérios e indicadores que são monitorados constantemente para identificar riscos de crédito relevantes.

A abordagem integrada de gerenciamento de riscos financeiros e de capital do Banpará está alinhada com os objetivos estratégicos e é continuamente aprimorada para garantir a solidez e a segurança das operações.

Para o 4T2023 as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

Gestão de Capital - R\$ Mil	4T2023	3T2023	4T2022	V3M	V12M
Patrimônio de Referência	1.772.301	1.717.900	1.588.644	3,17%	11,56%
PR Nível I	1.772.301	1.717.900	1.588.644	3,17%	11,56%
Índice de Basileia	15,06%	15,07%	16,16%	-0,07%	-6,81%
RWA	11.769.884	11.402.502	9.833.705	3,22%	19,69%

O Patrimônio de Referência (PR) do Banpará atingiu no 4T2023, o montante de R\$ 1.772.301 mil, um aumento de 3,17% e 11,56%, quando comparado com o 3T2023 e 4T2022, respectivamente, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O Índice de Basileia (IB) no 4T2023 foi de 15,06%, apresentando uma redução de 0,07% em relação 3T2023 e de 6,81% em relação 4T2022. Para isso contribuiu o aumento de 3,22% e 19,69% dos RWA em comparação ao 3T2023 e ao 4T2022, respectivamente.

Por fim, vale destacar que o IB do Banpará permanece bem acima do limite exigido pelo Bacen (10,5%), bem como permanece superior ao limite estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15%), o que implica dizer que o Banco manteve-se dentro dos limites estabelecidos na RAS, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

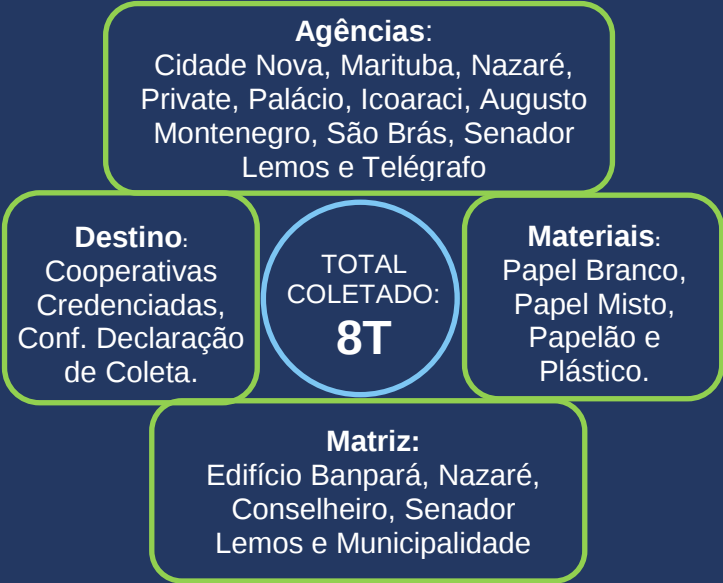
RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS, CLIMÁTICOS E ESG

Em 2023 foi implantada a metodologia para gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos (riscos sac) institucionais, inerentes aos processos e atividades internas, assim como na relação com terceiros, por meio de normativo interno pautado nas diretrizes das Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.943/2021, alinhado aos princípios e práticas fundamentais da ISO 31000, COSO II e SARB 14 da FEBRABAN, e contém normas e procedimentos para identificação, mensuração, avaliação e monitoramento dos riscos sac, a fim de subsidiar o processo de mitigação e controle e mantê-los em níveis aceitáveis.

Concomitantemente, foi implantada a metodologia para gerenciamento dos riscos reputacionais e de imagem, por meio de normas e procedimentos que contemplam caracterização dos riscos, estrutura de gerenciamento e responsabilidades, que visam assegurar as melhores práticas contra ameaças que possam impactar a imagem e a reputação do Banpará e impedi-lo de alcançar seus objetivos estratégicos.



DESTINAÇÃO DE 8T DE RESÍDUOS PARA COLETA



OPORTUNIDADES RELACIONADAS A QUESTÕES ASG:

- Estruturação e execução de modelo para diversificação de matriz energética (energia fotovoltaica) para todas as unidades do Banpará;
- Estruturação e execução de ações com aspectos ESG (estratégias para redução de papel, ações para diversidade e inclusão, dentre outros);
- Estruturação de metas para eficiência energética, redução de emissões e geração de resíduos.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PARCERIAS

O Consórcio Banpará foi o produto que mais cresceu na carteira de Parcerias em 2023, com um aumento de mais de 140% nas vendas do produto em relação ao ano de 2022, representando crescimento de 312% na comissão em 2023.

Consórcios - R\$ mil	2023	2022	V12M
Número de adesões	1.168	471	147,98%
Volume financeiro da carta de crédito	100.835	52.163	93,31%
Comissões Líquidas	2.259	548	312,13%

NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Os projetos entregues foram essenciais para que o Banpará se consolidasse em sua missão de ser um Banco moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social, além de apresentar um portfólio de produtos e serviços mais aderentes ao praticado no mercado financeiro brasileiro. O impacto observado foi a alavancagem das receitas do Banco e as melhorias consideráveis na imagem do Banpará. Para os clientes, evidenciam-se a facilidade e a praticidade entregues nos canais digitais, além das novas opções de crédito:

Aumento de Limite Cartão Múltiplo PF: Disponibilização da funcionalidade de aumento de limite por meio dos canais digitais.

Adesão Banparacard: Disponibilização da Adesão do Banparacard nos canais digitais (IBK, APP e ATM), permitindo com que os clientes possam aderir à linha de crédito, bem como renovar seu limite sem sair de casa, inclusive fora do horário bancário, proporcionando assim, maior comodidade ao cliente Banpará.

Seguros para Aquisição de Imóveis e Home Equity: Contratação das coberturas de seguros para os produtos da carteira imobiliária de Aquisição de imóveis e Home Equity.

Consignado nos Canais: Contratação e renovação do crédito consignado através do aplicativo Banpará.

Boleto de Manifestação de Vontade e Estrutura para CCD nos Canais: Aprimoramento da contabilização dos contratos em CBP negociados via escritórios de cobrança.

NPS – Pesquisa de Satisfação dos Clientes: Pesquisa para avaliar a satisfação dos clientes com a experiência que tiveram ou estão tendo com o Banpará.

Financiamento para Aquisição de Terrenos e Construção: Financiamento imobiliário para Construção Residencial em Terreno Próprio.

Open Finance - Iniciação de Transação de Pagamento via Pix: Realização de pagamentos via Pix através do Open Finance.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Digitalização do Dossiê cadastral dos clientes Banpará: Descentralização da digitalização dos dossiês cadastrais nas agências e postos Banpará, otimizando processos e promovendo segurança, celeridade e economicidade.

Pix PJ – Transação: Realização de pagamentos e transferências dos clientes pessoa jurídica, via Inserção de chave Pix, Pix Copia e Cola pelo Internet Banking Pessoa Jurídica.

Pix PJ – Cadastro de Chaves: Disponibilização do cadastramento de chaves Pix via Internet Banking PJ para clientes Pessoa Jurídica.

Pix Agendado: Disponibilização da funcionalidade de agendamento de transações Pix para clientes Pessoas Físicas via Aplicativo do Banpará.

RESULTADOS:



R\$4 milhões (Receita)

R\$ 17 milhões (Incremento de limite)

R\$ 5,9 milhões (ATM)

R\$ 52 milhões (APP Banpará)

R\$ 1 Bilhão

R\$ 472 milhões (saldo aderido)

Boleto Manifestação de Vontade

Cartão Múltiplo PF

Adesão do Banparacard nos Canais

Consignado APP Banpará

Financiamento para Aquisição de Terrenos e Construção

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MARKETING

No ano de 2023, o Banco do Estado do Pará (Banpará) reforçou seu compromisso com o desenvolvimento Social, Esporte e Cultura no estado. Na área do Esporte, o Banco orgulhosamente patrocinou o maior evento do estado, conhecido como Parazão Banpará.

No que diz respeito à Cultura, a instituição destacou-se por seu apoio ao Círio, celebração reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Além dessas iniciativas, o Banpará também destinou recursos para alguns projetos relevantes nas áreas de Cultura, Fomento e Esporte, reafirmando assim seu compromisso institucional e estimulando tanto a cultura quanto a economia local nos diferentes municípios.

Essas ações de apoio e patrocínio refletem o comprometimento do Banco do Estado do Pará com o fomento de atividades esportivas e culturais de grande relevância social para a comunidade paraense, buscando contribuir de forma significativa para o seu crescimento e desenvolvimento.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banpará acredita que é possível dentro de uma linha de atuação colaborativa, alinhar necessidades, expectativas e interesses diversos, conferindo entrega de valor, agilidade, resolutividade e capilaridade às soluções construídas, fortalecendo o instrumento da mediação na estruturação de uma ouvidoria estratégica.

O prazo para o atendimento é de até 10 dias úteis, conforme a Resolução CMN nº 4.860/2020, ou de 20 dias corridos para assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

No 4T2023 foram analisadas 309 **demandas**, sendo 12 prorrogadas por igual período. Assim, todas as manifestações foram atendidas dentro do prazo normatizado.



43,7% demandas foram atendidas em até 5 dias úteis.

Relatório da Administração 4T2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AGRADECIMENTOS

As realizações alcançadas em 2023 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Adriano de Aguiar Ribeiro

Graciele Silva de Sousa Galvão

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins

Notas Explicativas

Notas Explicativas 2023



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020 e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – CVM 835 – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;

Notas Explicativas

CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;
CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;
CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;
CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;
CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e
CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 08 de março de 2023.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisões, ativos e passivos contingentes;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras

A avaliação realizada considerou a movimentação de funcionários devido a movimentação de cargos para o período de 2017 a maio de 2023 confrontando com o valor efetivamente pago pelo Banco através dos informes gerados pelo setor de folha de pagamento.

Notas Explicativas

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram originalmente emitidas em 27 de setembro de 2023, e atendendo aos requisitos do pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a administração decidiu reapresentá-las procedendo aos ajustes relativos à identificação de erros de exercício anterior. Os efeitos dessas correções no balanço estão demonstrados a seguir e relacionados conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e 14.

BALANÇO PATRIMONIAL DE REAPRESENTAÇÃO RELATIVO A DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)				
ATIVO	NOTA	31.12.2022		
		Reapresentado	Ajustes	Original
Disponibilidades	3	190.648	-	190.648
Instrumentos Financeiros		14.958.099	21.276	14.936.823
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.725.765	-	1.725.765
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.551.761	-	1.551.761
Relações Interfinanceiras	6	715.774	-	715.774
Operações de Crédito	7	10.396.744	-	10.396.744
Outros Créditos	8	568.055	21.276	546.779
(Prov. p/ Perdas Esper. Assoc. ao Risco de Crédito)		(240.904)	-	(240.904)
Operações de Crédito	7	(230.704)	-	(230.704)
Outros Créditos	8	(10.200)	-	(10.200)
Outros Ativos		9.674	-	9.674
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	19	189.290	-	189.290
Investimentos		28	-	28
Imobilizado de Uso	9	225.724	-	225.724
Intangível	9	229.897	-	229.897
Depreciações e Amortizações	9	(264.365)	-	(264.365)
(Depreciações Acumuladas)		(165.001)	-	(165.001)
(Amortizações Acumuladas)		(99.364)	-	(99.364)
Total do Ativo		15.298.091	21.276	15.276.815

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL DE REAPRESENTAÇÃO RELATIVO A DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

PASSIVO	NOTA	31.12.2022		
		Reapresentado	Ajustes	Original
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		13.216.225	-	13.216.225
Depósitos à Vista	10	1.694.744	-	1.694.744
Depósitos a Prazo	10	9.153.017	-	9.153.017
Depósitos Interfinanceiro	10	-	-	-
Depósitos Poupança	10	1.601.156	-	1.601.156
Captação no Mercado Aberto	10	378.619	-	378.619
Relações Interfinanceiras	11	94.042	-	94.042
Relações Interdependências		20.059	-	20.059
Emissão de Títulos	12	169.199	-	169.199
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	105.389	-	105.389
Provisões	14	210.086	47.279	162.807
Provisão para Pagamentos a Efetuar	14	149.646	47.279	102.367
Provisão para Contingências	14 e 16	60.440	-	60.440
Obrigações Fiscais		6.086	-	6.086
Corrente		6.086	-	6.086
Diferido	21	-	-	-
Outras Obrigações	14	172.520	-	172.520
Patrimônio Líquido	16	1.693.174	(26.003)	1.719.177
Capital Social		1.473.122	-	1.473.122
Reserva de Lucro		220.052	(26.003)	246.055
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		15.298.091	(21.276)	15.276.815

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RELATIVO A DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01.01.2022 (Original)	1.473.122	137.533	12.064	15.980		1.638.699
Lucro do Período	-	-	-	-	179.179	179.179
Destinações:						
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	22	22
Reserva Legal	-	-	8.960	-	(8.960)	-
Reserva Estatutária	-	102.143	-	-	(102.143)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	(82.743)	(82.743)
Dividendos Adicionais Propostos	-	(14.645)	-	(15.980)	14.645	(15.980)
Ajuste em 31.12.2022	-	(26.003)	-	-	-	(26.003)
Saldo em 31.12.2022 (Reapresentado)	1.473.122	199.028	21.024	-	-	1.693.174

Notas Explicativas

Nota Explicativa 8 – Operações de Crédito – Outros créditos			
Contas	Reapresentado	Ajustes	Original
Carteira de câmbio	80.835	-	80.835
Créditos a receber	5.384	-	5.384
Serviços prestados a receber	5.384	-	5.384
Créditos diversos	481.836	21.276	460.560
Adiantamento e antecipações salariais	6.434	-	6.434
Adiantamento para pagamento	83.023	-	83.023
Devedores por depósitos em garantia (a)	101.275	-	101.275
Imposto e contribuições a compensar	114.659	21.276	93.383
Pagamentos a ressarcir	1.324	-	1.324
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.353	-	4.353
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	98.492	-	98.492
Devedores diversos – País (c)	72.276	-	72.276
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(10.200)	-	(10.200)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(3.949)	-	(3.949)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(6.251)	-	(6.251)
Circulante	557.855	21.276	536.579

Nota Explicativa 14 – Outras Obrigações – Provisões para pagamentos			
Contas	Reapresentado	Ajustes	Original
Circulante	175.748	47.279	128.469
Provisão com pessoal	71.117	47.279	23.838
Provisão com PLR	20.222	-	20.222
Provisão para outras despesas administrativas	55.685	-	55.685
Passivo para risco – Trabalhista	18.422	-	18.422
Passivo para risco – Cível	1.914	-	1.914
Passivo para risco – Tributária	5.640	-	5.640
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	126	-	126
Outros	2.622	-	2.622
Não circulante	34.338	-	34.338
Passivo para risco – Trabalhista	16.835	-	16.835
Passivo para risco – Cível	14.811	-	14.811
Passivo para risco - Tributário	2.692	-	2.692
Total	210.086	47.279	162.807

2.2.Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Notas Explicativas

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de dezembro de 2023, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante o exercício de 31 de dezembro 2023, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía qualquer saldo registrado e/ou apurou resultado de operações dessa natureza.

f. Relações Interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/Agentes Financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Notas Explicativas

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Esses valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota Explicativa nº 8c).

j. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Notas Explicativas

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente

Notas Explicativas

atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

Notas Explicativas

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações financeiras porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

Notas Explicativas

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

u. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	212.413	190.648
Disponibilidades em moeda nacional	194.143	166.262
Disponibilidades em moeda estrangeira	18.270	24.386
Equivalente de Caixa	100.019	1.150.163
Aplicações interfinanceiras de liquidez	100.019	1.150.163
Total	312.432	1.340.811

Notas Explicativas

O montante de R\$ 312.432 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.340.811 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. A redução no saldo dessas aplicações se justifica pelo aumento das liberações de crédito, com destaque para os empréstimos consignados.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações - Mercado Aberto	100.019	1.150.163
Posição bancada	100.019	1.150.163
Letras financeiras do tesouro	-	760.107
Letras do tesouro nacional	-	100.017
Notas do tesouro nacional	100.019	290.039
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	502.602	575.602
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	502.602	575.602
Total	602.621	1.725.765

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Posição bancada	18.153	69.158	249.465
Depósitos interfinanceiros	17.769	42.583	79.443
Total	35.922	111.741	328.908

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, tendo sua redução justificada pela diminuição no saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez em decorrência do aumento das operações de crédito.

Notas Explicativas

5. Títulos e Valores Mobiliários

5.1 Classificação por tipo de papel

Títulos	31.12.2023	31.12.2022
Livres	611.357	1.108.355
Letras Financeiras do Tesouro	323.539	839.231
CVS (a)	44.621	56.198
Letras imobiliárias	241.696	211.402
Cotas de fundos de investimento em participações (b)	1.437	1.456
Bladex	64	68
Vinculados a operações compromissadas	1.101.775	379.570
Letras Financeiras do Tesouro	1.101.775	379.570
Vinculados ao Banco Central	130.937	53.743
Letras Financeiras do Tesouro	130.937	53.743
Vinculados à prestação de garantia	7.132	10.093
Letras Financeiras do Tesouro	7.132	10.093
Total	1.851.201	1.551.761
Circulante	1.805.079	1.494.039
Não circulante	46.122	57.722

(a) Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS) emitidos pelo Tesouro Nacional como parte da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, provenientes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Estes títulos são mantidos na carteira bancária, ou seja, até o seu vencimento. Quanto à metodologia de marcação a mercado (MaM), o preço unitário (PU) de cada título é discriminado por tipo (A, B, C e D) e calculado mensalmente por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando a curva de juros de cupom de Taxa Referencial (TR) como fator de desconto. Nesse contexto, entendemos que o ajuste a valor de mercado serve apenas como informação adicional, não sendo registrado nas demonstrações financeiras.

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Notas Explicativas

5.2 Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Sem vencimento	Meses		Anos			31.12.2023	31.12.2022
		Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	320.925	248.828	470.338	454.160	310.828	1.805.079	1.494.039
Títulos públicos	-	320.925	248.828	470.338	454.160	310.828	1.805.079	1.494.039
Letras de crédito	-	-	241.696	-	-	-	241.696	211.402
Letras financeiras tesouro	-	320.925	7.132	470.338	454.160	310.828	1.563.383	1.282.637
Títulos mantidos até o vencimento (a)	-	-	-	1.437	-	44.621	46.058	57.654
Títulos públicos	-	-	-	-	-	44.621	44.621	56.198
CVS	-	-	-	-	-	44.621	44.621	56.198
Títulos privados	-	-	-	1.437	-	-	1.437	1.456
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	1.437	-	-	1.437	1.456
Títulos sem vencimento	64	-	-	-	-	-	64	68
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior	64	-	-	-	-	-	64	68
Bladex	64	-	-	-	-	-	64	68
Total em 31.12.2023	-	320.925	248.828	471.775	454.160	355.449	1.851.201	-
Total em 31.12.2022	68	1.161	50.464	691.972	658.075	150.021	-	1.551.761

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro 2022. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

5.3 Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.12.2023		31.12.2022		31.12.2023	31.12.2022
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.805.007	1.805.079	1.282.903	1.282.637	72	(266)
Letras de crédito	241.696	241.696	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	1.563.311	1.563.383	1.282.903	1.282.637	72	(266)
Mantidos até o vencimento (a)	46.058	46.058	57.654	57.654	-	-
CVS	44.621	44.621	56.198	56.198	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.437	1.437	1.456	1.456	-	-
Sem vencimento	64	64	68	68	-	-
Bladex	64	64	68	68	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

5.4 Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	31.12.2023	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras de crédito	241.696	-	241.696
Letras financeiras do tesouro	1.563.383	1.563.383	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	44.621	-	44.621
Cotas de fundos de invest. em participações	1.437	-	1.437
Sem vencimento			
Bladex	64	-	64
Total	1.851.201	1.563.383	287.818

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2022	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras de crédito	211.402	-	211.402
Letras financeiras do tesouro	1.282.637	1.282.637	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	56.198	-	56.198
Cotas de fundos de invest. em participações	1.456	-	1.456
Sem vencimento			
Bladex	68	-	68
Total	1.551.761	1.282.637	269.124

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Nível 3 – Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Resultado de títulos de renda fixa	104.186	204.370	156.415
Resultado de títulos de renda variável	(61)	(59)	(1.051)
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	(588)	1.298	2.391
Reversão da provisão para desvalorização de títulos livres	-	-	11.754
Total	103.537	205.609	169.509

6. Relações Interfinanceiras

Contas	31.12.2023	31.12.2022
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	223.804	83.076
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	277.359	244.229
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	342.108	315.076
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	53.948	73.393
Total	897.219	715.774
Circulante	843.271	642.381
Não circulante	53.948	73.393

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 53.948 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 73.393 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	31.12.2023	31.12.2022
Operações de crédito	12.756.479	10.396.744
Empréstimos e Títulos descontados	11.650.926	9.834.658
Financiamentos	86.415	24.382
Financiamentos rurais e agroindustriais	139.963	94.394
Financiamentos imobiliários	879.175	443.310
Outras rubricas	184.432	180.126
Valores a receber relativos a transações de pagamento	110.148	98.492
Operações de câmbio	74.284	81.634
Total da carteira de crédito	12.940.911	10.576.870
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(332.605)	(234.653)
Provisões constituídas	(327.952)	(230.704)
Outros créditos (Nota 8)	(4.653)	(3.949)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	12.608.306	10.342.217
Circulante	3.391.113	2.724.634
Não circulante	9.217.193	7.617.583

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.12.2023	31.12.2022
Pessoa física	12.560.356	10.308.481
Consignados	9.837.970	8.110.390
Banparacard	1.274.586	1.262.723
Cheque especial	5.511	7.690
Cartão de crédito	181.090	165.987
Sazonais	2.643	1.668
Imobiliário	784.566	413.032
Outros	473.990	346.991
Pessoa jurídica	380.555	268.389
Cheque empresarial	3.638	4.834
Capital de giro	165.175	216.593
Imobiliário	95.096	30.278
Outros	116.646	16.684
Total	12.940.911	10.576.870

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2023	31.12.2022
Parcelas vincendas	7.730.808	4.377.529	260.852	52.691	133.172	24.370	24.757	48.682	146.337	12.799.198	10.464.041
Até 30 dias	212.062	146.788	19.044	5.098	4.703	1.620	1.397	2.125	7.941	400.778	322.947
31 a 60 dias	197.057	135.707	14.898	3.346	4.274	1.351	1.235	1.941	7.127	366.936	301.952
61 a 90 dias	182.398	122.704	11.910	2.651	4.106	1.174	1.091	1.741	6.097	333.872	262.235
91 a 180 dias	383.344	265.198	30.310	5.728	10.185	2.608	2.544	3.740	13.808	717.465	593.643
181 a 360 dias	878.524	573.001	97.547	15.156	15.077	3.787	4.104	6.664	22.804	1.616.664	1.265.437
Acima de 360 dias	5.877.423	3.134.131	87.143	20.712	94.827	13.830	14.386	32.471	88.560	9.363.483	7.717.827
Parcelas vencidas	156	12.516	4.674	9.343	8.333	9.477	7.751	14.326	75.137	141.713	112.828
Até 14 dias	119	12.461	1.912	1.386	756	681	615	1.585	4.771	24.286	14.041
15 a 30 dias	37	55	2.744	2.760	700	433	419	947	1.499	9.594	9.589
31 a 60 dias	-	-	18	5.174	1.160	850	742	1.819	5.344	15.107	14.684
61 a 90 dias	-	-	-	21	5.717	757	700	1.951	5.515	14.661	14.315
91 a 180 dias	-	-	-	2	-	6.751	5.275	8.024	18.411	38.463	25.975
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	5	-	-	39.458	39.463	34.221
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	139	139	4
Total em 31.12.2023	7.730.964	4.390.045	265.526	62.034	141.505	33.847	32.508	63.008	221.474	12.940.911	-
Total em 31.12.2022	6.415.851	3.528.785	230.398	55.861	96.477	30.159	28.255	36.282	154.802	-	10.576.870

d. Por setores de atividade

Setores	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	11.632.945	89,90	9.797.546	92,64
Varejo - Pessoas Jurídicas	171.994	1,32	136.257	1,29
Rural - Pessoa Física e Jurídica	139.964	1,08	94.394	0,89
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	42.062	0,33	23.729	0,22
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	74.284	0,57	81.634	0,77
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	879.662	6,80	443.310	4,19
Total	12.940.911	100,00	10.576.870	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	55.357	0,43	56.563	0,53
10 seguintes maiores devedores	189.037	1,46	134.351	1,27
20 seguintes maiores devedores	122.167	0,94	61.597	0,58
50 seguintes maiores devedores	97.204	0,75	72.869	0,69
100 seguintes maiores devedores	113.514	0,88	99.774	0,94
Demais devedores	12.363.632	95,54	10.151.716	95,99
Total	12.940.911	100,00	10.576.870	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do período	(230.704)	(196.476)
Provisões constituídas	(2.064.394)	(1.290.615)
Reversões de provisões	1.797.018	1.099.842
Valores baixados ou compensados com créditos	170.128	156.545
Saldo final do período	(327.952)	(230.704)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.949)	(3.929)
Provisões constituídas	(55.612)	(44.736)
Reversões de provisões	54.908	44.716
Outros créditos - Saldo no final do período	(4.653)	(3.949)
Saldo final do período	(332.605)	(234.653)
Circulante	(186.316)	(134.415)
Não circulante	(146.289)	(100.238)

7.3. Movimentação da carteira de renegociação

Contas	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do período	149.998	122.182
Renegociação	109.224	87.275
Recebimentos	(49.619)	(50.220)
Baixas	(20.685)	(9.239)
Saldo final do período	188.918	149.998
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	69.367	54.183
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	36,72%	36,12%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento a depositante	188	359	424
Empréstimo	1.325.026	2.498.859	1.986.399
Financiamento com interveniência	5.494	8.661	3.053
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	26.600	48.028	38.147
Financiamentos rurais	8.086	14.627	4.282
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	35.357	61.325	28.716
Total	1.400.751	2.631.859	2.061.021

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	31.12.2023	31.12.2022 (reapresentado)
Carteira de câmbio	131.909	80.835
Créditos a receber	7.250	5.384
Serviços prestados a receber	7.243	5.384
Serviços prestados em arranjo de pagamento	7	-
Créditos diversos	488.516	481.836
Adiantamento e antecipações salariais	8.122	6.434
Adiantamento para pagamento	66.122	83.023
Devedores por depósitos em garantia (a)	117.036	101.275
Imposto e contribuições a compensar	126.381	114.659
Pagamentos a ressarcir	1.999	1.324
Título e crédito a receber sem característica de concessão	5.718	4.353
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	110.148	98.492
Devedores diversos – País (c)	52.990	72.276
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(8.653)	(10.200)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(4.653)	(3.949)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(4.000)	(6.251)
Circulante	619.022	557.855

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados, em sua maioria, aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16b.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 110.148 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 98.492 em 31 de dezembro de 2022) e estão assim distribuídos:

Contas	31.12.2023	31.12.2022
BANPARÁ Mastercard	110.116	98.379
Valores a faturar	16.008	16.854
Faturados a receber	35.729	29.155
Parcelado lojista a agendar bandeira	58.379	52.370
Cartão BANPARÁ	32	112
Parcelado sem juros	32	112
Total	110.148	98.492

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 52.990 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 72.276 em 31 de dezembro de 2022), registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

Notas Explicativas

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 4.000 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.251 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrativo abaixo:

Contas	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do período	(6.251)	(2.924)
Provisões constituídas	(10.291)	(10.216)
Reversões de provisões	12.542	6.889
Saldo final do período	(4.000)	(6.251)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.514	58.218	23.933	10.790	116.604	14.494	171	225.724
Depreciação acumulada	-	(37.534)	(16.031)	(6.606)	(96.642)	(8.017)	(171)	(165.001)
Líquido 31.12.2022	1.514	20.684	7.902	4.184	19.962	6.477	-	60.723
Aquisições	856	-	1.390	45	6.780	456	-	9.527
Baixas custo	-	-	-	-	(133)	-	-	(133)
Baixas depreciação	-	-	-	-	133	-	-	133
Depreciação	-	(645)	(1.818)	(699)	(7.144)	(1.028)	-	(11.334)
Transferências	(1.098)	856	-	-	-	242	-	-
Movimentação líquida	(242)	211	(428)	(654)	(364)	(330)	-	(1.807)
Custo	1.272	59.074	25.323	10.835	123.251	15.192	171	235.118
Depreciação acumulada	-	(38.179)	(17.849)	(7.305)	(103.653)	(9.045)	(171)	(176.202)
Líquido 31.12.2023	1.272	20.895	7.474	3.530	19.598	6.147	-	58.916

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	188.013	23.060	3.000	15.824	229.897
Amortização acumulada	(96.364)	-	(3.000)	-	(99.364)
Líquido 31.12.2022	91.649	23.060	-	15.824	130.533
Aquisições	22.976	18.914	3.000	19	44.909
Baixas custo	(36.990)	-	(3.000)	(1.993)	(41.983)
Baixas amortização	36.990	-	3.000	-	39.990
Amortização	(36.302)	-	(1.125)	(14)	(37.441)
Transferências	2.883	(2.883)	-	-	-
Movimentação líquida	(10.443)	16.031	1.875	(1.988)	5.475
Custo	176.882	39.091	3.000	13.850	232.823
Amortização acumulada	(95.676)	-	(1.125)	(14)	(96.815)
Líquido 31.12.2023	81.206	39.091	1.875	13.836	136.008

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

Contas	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	8.428.711	9.954.982
Depósitos à vista	863.389	1.694.744
Depósitos do público	463.109	340.066
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	14.727	10.904
Depósitos de governo	385.151	1.343.372
Depósitos a prazo	5.333.469	6.659.082
Depósitos de poupança	1.777.554	1.601.156
Depósitos interfinanceiros	454.299	-
Não circulante	4.446.403	2.493.935
Depósitos a prazo	4.446.403	2.493.935
Total	12.875.114	12.448.917

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

Notas Explicativas

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.12.2023	31.12.2022
Sem vencimento	863.389	52	-	1.777.554	2.640.995	3.295.900
Até 30 dias	-	202.148	-	-	202.148	427.955
De 31 a 60 dias	-	243.204	-	-	243.204	309.850
De 61 a 90 dias	-	236.905	-	-	236.905	179.457
De 91 a 180 dias	-	885.502	-	-	885.502	759.608
De 181 a 360 dias	-	3.765.658	454.299	-	4.219.957	4.982.212
Acima de 360 dias	-	4.446.403	-	-	4.446.403	2.493.935
Total	863.389	9.779.872	454.299	1.777.554	12.875.114	12.448.917

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.12.2023	31.12.2022
Sociedades ligadas	344.092	3.913.462	-	-	4.257.554	6.525.040
Pessoas físicas	251.230	1.504.703	-	1.701.293	3.457.226	3.082.387
Invest. institucionais	-	2.004	-	-	2.004	2.011
Instituição financeira	402	-	-	-	402	402
Pessoas jurídicas	219.735	3.302.815	-	76.261	3.598.811	1.675.204
Governo municipal	41.832	1.056.888	-	-	1.098.720	1.156.534
Outros	6.098	-	454.299	-	460.397	7.339
Total	863.389	9.779.872	454.299	1.777.554	12.875.114	12.448.917

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	31.12.2023	31.12.2022
Recompras a liquidar - Carteira própria	1.100.173	378.619
Total	1.100.173	378.619

e. Despesas de captação

	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos de poupança	(58.210)	(117.078)	(106.227)
Depósitos a prazo	(408.397)	(898.038)	(997.248)
Depósitos judiciais	(2)	(3)	(17)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(40.090)	(47.882)	(12.669)
Letras financeiras	(29.001)	(40.697)	(15.493)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(7.385)	(15.158)	(15.304)
Total	(562.689)	(1.138.460)	(1.146.958)

11. Relações Interfinanceiras

	31.12.2023	31.12.2022
Transação de pagamento	102.019	94.042
Total	102.019	94.042

Notas Explicativas

O montante de R\$ 102.019 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 94.042 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. Emissão de Títulos

	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	189.192	1.554
Recursos de letras financeiras	189.192	1.554
Não circulante	319.137	167.645
Recursos de letras financeiras	319.137	167.645
Total	508.329	169.199

O montante de R\$ 508.329 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 169.199 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas as taxas variam entre 107% a 107,5% do CDI, com prazos entre 2 a 5 anos (em 31 de dezembro de 2022 entre 106% e 107,5%, com prazos de 2 a 5 anos). Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31.12.2023	31.12.2022
No exterior	9.577	78.857
No país	42.774	26.532
Total	52.351	105.389

O montante de R\$ 52.351 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 105.389 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (*Funding*) em bancos de outros países.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

Notas Explicativas

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	31.12.2023	31.12.2022 (reapresentado)
Circulante	206.844	175.748
Provisão com pessoal	83.866	71.117
Provisão com PLR	26.666	20.222
Provisão para outras despesas administrativas	54.910	55.685
Passivo para risco – Trabalhista	25.849	18.422
Passivo para risco – Cível	9.780	1.914
Passivo para risco – Tributária	3.168	5.640
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	63	126
Outros	2.542	2.622
Não circulante	23.363	34.338
Passivo para risco – Trabalhista*	13.736	16.835
Passivo para risco – Cível*	4.664	14.811
Passivo para risco – Tributário*	4.963	2.692
Total	230.207	210.086

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	257.016	172.520
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.648	5.253
Sociais e estatutárias	5.195	266
Fiscais e previdenciárias	38.100	34.293
Obrigações por convênios	12.681	9.986
Obrigações por prestação de serviços	89.311	68.105
Credores por recursos a liberar	21.999	33.229
Credores diversos – País (a)	25.038	20.086
Operação de Interbancário para liquidação futura	58.988	-
Obrigações por transações de pagamento	14	113
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	492	780
Outras obrigações	550	409
Total	257.016	172.520

(a) O montante de credores diversos, composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 25.038 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 20.086 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

16. Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Ativos Contingentes

O Banco requereu judicialmente a dedução de 4% sobre o lucro tributável o que gera um direito a compensação tributária sobre os valores pagos a maior a título de IRPJ, devidamente corrigidos pela taxa Selic, observado o prazo prescricional e o trânsito em julgado do provimento judicial, em virtude das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Esses valores, após a análise jurídica, foram considerados com possibilidade de êxito classificável como PROVÁVEL dado que já possui sentença favorável e confirmação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Diante do exposto e em cumprimento ao CPC 25 divulgamos que a estimativa de crédito tributário desse processo no montante atualizado de R\$ 81.229 ainda sujeito a habilitação junto a autoridade fiscal.

b. Provisões e passivos Contingentes

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 39.585 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 35.258 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 11.599 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8.224 em 31 de dezembro de 2022) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 14.444 (R\$ 16.725 em 31 de dezembro de 2022).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 102.295 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2022) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 8.131 (R\$ 8.332 em 31 de dezembro de 2022).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 49.209 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 22.744 em 31 de dezembro de 2022) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Notas Explicativas

Movimentação das provisões judiciais

	31.12.2023			31.12.2022		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do período	35.257	16.725	8.332	33.980	18.496	7.661
Atualização monetária	5.329	2.414	1.033	4.542	3.247	928
Constituições	7.932	2.187	-	6.268	3.200	-
Reversões	(4.867)	(5.552)	(1.234)	(3.023)	(7.474)	(257)
Pagamentos	(4.066)	(1.330)	-	(6.509)	(744)	-
No final do período	39.585	14.444	8.131	35.258	16.725	8.332
Dep. Judiciais	26.456	18.788	71.556	16.724	20.181	64.152

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	25.849	9.780	3.168	38.797
De 1 a 5 anos	13.736	4.664	4.963	23.363
Total	39.585	14.444	8.131	62.160

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	19	0,000	17	0,000
Demais Acionistas	1.442	0,015	1.444	0,015
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Notas Explicativas

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.450	2.199	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

De acordo com a Política de Dividendos do Banpará, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo máximo, 40% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, deste modo será proposto o valor de R\$ 106.829 para pagamentos de dividendos aos acionistas, equivalente a R\$ 9,82 bruto por ação

Notas Explicativas

Para o pagamento de juros sobre o capital próprio o Conselho de Administração aprovou a proposta relativo ao 1º trimestre de 2023 no montante de R\$ 30.063 (R\$ 3,16 por ação) em 14 de agosto de 2023 e ao 2º trimestre de 2023 no montante de R\$ 31.792 (R\$ 3,34 por ação) em 12 de dezembro de 2023, ambos tendo seus efetivos pagamentos ocorrido no exercício de 2023. O pagamento realizado no ano gerou a título de economia tributária o valor de R\$ 27.655.

Cabe destacar que os dividendos atribuídos na forma estabelecida no Estatuto Social, no Plano de Capital e na Política de Dividendos do Banpará foram deduzidos o valor de R\$ 61.855 pagos a título de juros sobre o capital próprio. Desta forma, o saldo remanescente dos dividendos no montante de R\$ 44.974, equivalente a R\$ 3,32 por ação, será submetida à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e gerenciamento contínuo de capital, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Área de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Notas Explicativas

Risco de crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de riscos no Banpará é contínuo e integrado, o que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco de crédito na Instituição.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de:

- Elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Elaboração de modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito que visam realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito;
- Reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito por meio de relatórios gerenciais de controle de risco, os quais são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração;
- Com o objetivo de antecipar situações de risco que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de gestão de risco de crédito fornece projeções da expectativa do complemento da despesa de provisão e alerta para a necessidade de regularização dos créditos em atraso considerando o possível impacto negativo no resultado do Banco;
- Implementação de mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;

Notas Explicativas

- Avaliar previamente o risco de crédito de todas as novas modalidades de produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de controles e monitoramento;
- Estabelecer cenários de estresses para avaliação da resiliência da Instituição a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio específico;
- Adotar boas práticas de mercado relacionadas às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

O saldo total de crédito no mês de dezembro de 2023 atingiu R\$ 12.940.911 e permanece concentrado em operações direcionadas para clientes Pessoa Física:

Tipo de Pessoa	4º Tri 2022	1º Tri 2023	2º Tri 2023	3º Tri 2023	4º Tri 2023
Pessoa Física	97,46%	97,61%	98,05%	97,45%	97,06%
Pessoa Jurídica	2,54%	2,39%	1,95%	2,55%	2,94%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O Banpará mantém 96,19% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação, está relacionada a concentração do crédito em operações com consignação em folha e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada:

NÍVEL DE RISCO	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	7.730.964	59,74	6.415.851	60,66
A	4.390.045	33,92	3.521.785	33,36
B	265.526	2,05	230.398	2,18
C	62.034	0,48	55.861	0,53
D - H	492.342	3,81	345.975	3,27

Notas Explicativas

O atraso de 15 a 90 dias e a inadimplência (atraso superior a 90 dias) passaram a representar, respectivamente, 0,87% e 1,72% do crédito total, sendo os maiores índices apresentados no período de 12 meses.

Índices	4º Tri 2022	1º Tri 2023	2º Tri 2023	3º Tri 2023	4º Tri 2023
Índice de Atraso	0,75%	0,86%	1,02%	1,18%	0,87%
Índice de Inadimplência	1,34%	1,28%	1,35%	1,54%	1,72%

Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Com objetivo de identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (Value at Risk) paramétrico para a carteira de negociação, segregado por fator de risco, fazendo uso da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança.

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	31.12.2023	31.12.2022
	Valor Exposto*	Valor Exposto
PRÉ	(1.022.172)	820.540
USD	21.151	19.921
Euro	2.477	2.886
Total	(998.544)	843.347

*Valor Exposto: Ativo - Passivo

A exposição negativa ao risco prefixada é atribuída à significativa redução no volume de operações compromissadas ativas, acompanhada de aumento com obrigações por recompras de operações compromissadas passivas.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- **Cenário Provável:** os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du (dias úteis) – 11,65% e 63 du (1T) 11,29% da curva de juros futuros de DI1 negociadas na B3. Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX (USD – R\$ 4,84 e EUR – R\$ 5,35) das moedas do dia 29/12/2023 e o dólar e euro futuros (1T) negociados na B3 (USD – R\$ 4,90 e EUR – R\$ 5,44).
- **Cenário Possível:** considerando os últimos 10 anos de reuniões do COPOM para definição da taxa Selic Meta, pode-se afirmar que com um intervalo de confiança de 95%, a variação trimestral esperada está entre -200 bps e +232 bps. Esses valores foram usados para simular choques, divulgando o resultado que for menos favorável ao Banco.

Analisando a variação da cotação do Dólar Ptax para o mesmo período, para o mesmo intervalo de confiança, a variação trimestral esperada para o Dólar está entre -15,57% e +21,13%. Esses extremos serão aplicados como choques, divulgando o cenário com resultado mais adverso para o Banpará.

Para as cotações de Euro divulgados pelo Bacen, a variação trimestral esperada, para o mesmo período e mesmo intervalo de confiança, ficou entre -14,38% e +18,71%. Assim, estes serão os valores utilizados como choques, divulgando o resultado mais desfavorável ao Banco.

Notas Explicativas

Os cenários utilizados para análise citados acima são baseados na Resolução CVM nº 121/2022.

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação					
Cenários	Fatores de risco			Total da perda	
	Taxa de juros	Moedas USD	Moedas EURO		
	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2023	%PR
Provável	(57)	256	41	240	0,01
Possível	(320)	(3.282)	(357)	(3.145)	(0,22)

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, atribuível ao fato de que o portfólio é predominantemente constituído por instrumentos de renda fixa pré-fixados de curto prazo, especificamente 1 dia útil. Adicionalmente, as posições expostas a flutuações cambiais são baixas, com saldo correspondente a apenas 1,33% do total do PR do Banco.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Notas Explicativas

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação para o IRRBB é realizado mensalmente verificando sempre a margem sobre o PR. No acompanhamento verificou-se um aumento de alocação para o IRRBB de 28,20% em dez/23 (R\$ 315.394 mil), quando comparado a dez/22 (R\$ 246.012 mil), contudo o Banpará apresenta margem suficiente de PR para alavancagem das exposições.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017, suas alterações e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário, assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento de exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o Índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30, 60 e 90 dias, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações financeiras

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos órgãos de governança, via relatórios mensais e tempestivos, com o intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto o planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos.

Notas Explicativas

Risco socioambiental:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da Instituição e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC), responsável por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a avaliação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências (consulta externa).

Notas Explicativas

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das validades das classificações geradas na concessão de crédito, em conjunto com as agências de relacionamento, e do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente. Já o controle, ocorre com a criação do plano de ação direcionado para o cliente dada a necessidade de regularização do compliance das documentações.

No âmbito institucional, a mitigação do risco é realizada por meio de:

- Mapeamento de riscos sociais, ambientais e climáticos dos processos e atividades internas, cuja metodologia contempla a análise de impacto e probabilidade dos riscos inerentes aos processos, a fim de mantê-los em níveis aceitáveis, assim como, tratar os riscos que estiverem acima do apetite a risco da Instituição;
- Monitoramento das perdas sociais, ambientais e climáticas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco;

Notas Explicativas

- Monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços;
- Análise de riscos sociais, ambientais e climáticos, e de imagem e reputação de projetos de novos produtos e serviços e de patrocínios; e
- Monitoramento de indicadores para mitigação dos riscos com potencial de impactar negativamente a imagem e reputação do Banco, tais como: mídias, índices de reputação, BCB, Bolsa, etc.
- Monitoramento da aderência dos normativos internos às diretrizes da PRSAC.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que é realizado mensalmente ou tempestivamente.

Notas Explicativas

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Plano de Contingência de Capital;
- Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- Programa de Testes de Estresse;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Análise de resultado de capital no exercício

Em 31 de dezembro de 2023, o PR encerrou o semestre com R\$ 1.772.301 mil, superior em 11,56% (R\$ 183.656) na comparação com 31 de dezembro de 2022, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O montante da parcela de RWA no 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 11.769.884 mil, crescendo 19,69% (R\$ 1.936.178) em relação a 31 de dezembro de 2022. O aumento foi decorrência do crescimento das parcelas de exposição ao risco de crédito - RWACPAD em 18,73% (R\$ 1.657.338) e ao risco operacional - RWAOPAD 31,11% (R\$ 282.016 mil).

Notas Explicativas

O IB registrado foi de 15,06%, uma variação percentual negativa de 6,81% em relação a 31 de dezembro de 2022, impactado pelo crescimento R\$ 1.936.178 mil do montante da parcela total do RWA, que teve uma variação percentual maior que o PR para o período.

Índice de Basileia	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência - PR	1.772.301	1.588.645
Nível I	1.772.301	1.588.645
Capital principal	1.772.301	1.588.645
Capital social	1.473.122	1.473.122
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	435.187	246.056
Ajustes prudenciais*	(136.008)	(130.533)
Ativos ponderados pelo risco - RWA**	11.769.884	9.833.705
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	10.505.647	8.848.309
Exposição ao risco de crédito - RWAMPAD	75.747	78.923
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	10.324	15.705
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	65.423	63.218
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	1.188.490	906.474
IRRBB	315.394	246.012
Valor de margem sobre PR***	221.069	310.094
Índice de Basileia Banpará - IB	15,06%	16,16%

* O saldo das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Os componentes RWA_{JUR2}, RWA_{JUR4} e RWA_{COM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

*** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação.

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDIA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

Notas Explicativas

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, abordamos a obrigação referente a parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(1.764)	(181.809)	(183.573)
Ativo justo	4.106	181.809	185.915
(Déficit) / Superávit	2.342	-	2.342

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	71	2.862	2.933
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	71	2.862	2.933

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA na data base de 30/11/2023, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, àquela utilizada na Avaliação anterior, cuja base de dados estava posicionada em 31/05/2023:

Notas Explicativas

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	31.12.2023	31.12.2022
Participantes ativos		
Quantidade*	1.470	1.526
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	11.732	10.202
Participantes assistidos		
Quantidade	48	-
Idade média (anos)	72	-
Benefício médio (R\$)	2.345	2.113
Pensionistas		
Quantidade	33	45
Idade média (anos)	60	58
Benefício médio	1.843	1.435

*Dos participantes, temos 1456 que são elegíveis aos benefícios em BD do Plano em 2023.

Movimentação dos valores reconhecidos no balanço

Valores reconhecidos no balanço patrimonial	31.12.2023	31.12.2022
Valor presente das obrigações (VPO)	1.764	773
(-) Valor justo dos ativos dos planos (VEJA)	(4.106)	(3.351)
Efeito do teto do ativo	2.342	2.956
Passivo atuarial líquido em 31/12	-	-
Movimentação do passivo atuarial líquido	-	-
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	(14)	-
Custo do serviço corrente	(14)	-
Custo dos juros líquidos	-	-
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	57	283
Remensuração: Ganhos/Perdas atuariais	57	283
Contribuições do Patrocinador	(71)	(283)

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Valor presente no início do exercício	1.824	680
Custo do serviço corrente	80	-
Custo de juros	100	36
Contribuição dos participantes do plano	-	-
Benefícios pagos	(12)	-
Perdas (ganhos) atuariais	229	57
Mudança de premissas (financeiras)	11	(4)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	-
Ajuste de experiência	218	61
Valor presente no final do exercício	1.763	773

Notas Explicativas

Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Valor justo dos ativos no início do exercício	(3.351)	(2.690)
Benefícios pagos	23	-
Contribuições de participante	(128)	-
Contribuições do empregador	(134)	(283)
Rendimento esperado dos ativos	(615)	(351)
Ganho/(Perda) sobre os ativos	99	(27)
Valor justo dos ativos ao final do exercício	(4.106)	(3.351)

Benefícios estimados a pagar

Benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2023 para os próximos anos:

Plano	Até 1 ano	de 1 e 2 anos	de 2 e 5 anos	Superior 5 anos	Total
PREV-RENTA	386	375	1.098	8.973	10.832

Impacto no resultado

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(14)	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(100)	36
Rendimento esperado dos ativos	264	(350)
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(164)	314
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(14)	-

Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	(365)	-
Ganhos (Perdas) atuariais	(57)	(283)
Saldo no final do exercício	(422)	(283)

Notas Explicativas

Ativos do plano de benefícios

Ativo	31.12.2023	31.12.2022
Disponível	1,09%	0,49%
Realizável	0,58%	0,60%
Títulos Públicos	0,00%	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
Fundos de Investimentos	98,16%	97,40%
Operações com Participantes	0,02%	0,05%
Imóveis	0,15%	1,46%
Total dos investimentos	100,00%	100,00%

Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(34)	-1,47%
Redução de 0,25% a.a.	36	1,52%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(72)	3,08%
Redução de 1 ano	64	-2,73%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(34)	1,48%
Redução de 0,25% a.a.	34	-1,43%

Notas Explicativas

Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	31.12.2023	31.12.2022
Posição dos dados	Nov-23	Nov-22
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar		
Crescimento real de salários	1,50%	2,24%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	5,47%	6,55%
Taxa de Inflação projetada*	3,91%	5,64%
Taxa anual de juros	9,50%	12,08%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	9,50%	12,08%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927/Agravada 100%	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F	RP 2000 M&F Geracional AA

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 29 de dezembro de 2023, auferindo a Taxa Real de Juros em 5,38% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

Notas Explicativas

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados ativos, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

O custeio do plano de assistência à saúde é integralmente arcado pelos empregados inativos, estes são aderentes ao plano de demissão voluntaria de 2019 e enquadrados no acordo coletivo sobre a emenda constitucional 102/2019.

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Notas Explicativas

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Estado do Pará	4.257.554	6.525.040
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	344.092	1.271.893
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	3.913.462	5.253.147
ICATU FMP	120	616
Depósitos à vista	120	616

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e participações dos administradores	31.12.2023	31.12.2022
Remuneração	3.290	2.517
Diretoria	1.803	1.628
Conselho de administração e fiscal	1.487	889
Participação nos lucros e resultados	333	302
Administradores	333	302

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 31 de dezembro de 2023 o Banco possui o valor de R\$ 6.890 (R\$ 4.882 em 31 de dezembro de 2022) em operações de crédito com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Participação acionária:

Em 31 de dezembro de 2023, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 17 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 257.890.

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	2º Sem 2023		31.12.2023		31.12.2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações	280.845	239.510	510.222	427.687	284.834	251.861
Participação no lucro	(26.629)	(26.629)	(50.387)	(50.387)	(35.685)	(35.685)
Juros s/ capital próprio e participações	61.855	61.855	61.855	61.855	82.741	82.741
Resultado antes da tributação	316.071	274.736	521.690	439.155	331.890	298.917
Adições (exclusões)	(31.662)	(10.926)	1.798	63.713	(102.450)	(69.175)
Base de cálculo	284.409	263.810	523.488	502.868	229.440	229.742
Alíquota normal (15% e 20%)	56.882	39.606	104.698	75.463	46.433	34.461
Adicional do imposto de renda (10%)	-	26.369	-	50.263	-	22.950
IR e CSLL devidos	56.882	65.975	104.698	125.726	46.433	57.411
Programa de alimentação ao trabalhador	-	1.435	-	-	-	(1.378)
Incentivos fiscais	-	(770)	-	(945)	-	(1.287)
Prorrogação da licença maternidade	-	(359)	-	(905)	-	(855)
IR e CSLL a Pagar	56.882	66.281	104.698	123.876	46.433	53.891

a. Impostos Correntes

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 4% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei nº 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, bem como, efetuou a compensação de créditos tributários de PIS e COFINS relativos a 2018 calculados sobre a variação monetária de depósitos judiciais.

Notas Explicativas

b. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O Banco registra como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 246.491 relativos às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões judiciais trabalhistas, provisão para outros créditos, provisão de licença prêmio e provisão judiciais cíveis, ativadas de 2013 a dezembro de 2023 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de dezembro de 2023:

Créditos tributários	31.12.2022	31.12.2023		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	105.162	76.802	(45.025)	136.939
Diferença temporária - CSLL	84.129	61.441	(36.018)	109.552
Total	189.291	138.243	(81.043)	246.491

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possuía registrado o montante de R\$ 246.491 (R\$ 189.291 em 31 de dezembro de 2022) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária de IRPJ e CSLL, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões judiciais trabalhistas, provisão para outros créditos, provisão de licença prêmio, provisão judiciais cíveis e marcação a mercado, dos quais R\$ 81.043 foram realizados ao longo do período.

Créditos tributários	31.12.2022	31.12.2023		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	151.772	120.319	(64.050)	208.041
Diferença Temporária - Trabalhista	15.867	5.967	(4.020)	17.814
Diferença Temporária - Prov. outros créditos.	4.648	3.273	(3.998)	3.923
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	9.359	6.613	(5.758)	10.214
Diferença Temporária - Prov. cíveis	7.525	2.071	(3.097)	6.499
Diferença Temporária - Marcação a mercado	120	-	(120)	-
Total	189.291	138.243	(81.043)	246.491

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado:

Projeção de realização	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2033	Total
Crédito tributário de I.R	16.047	15.285	15.124	14.991	14.254	61.238	136.939
Crédito tributário de C. social	12.838	12.228	12.100	11.993	11.403	48.990	109.552
Total dos créditos	28.885	27.513	27.224	26.984	25.657	110.228	246.491
Taxa média de captação a.a. (%)	8,33	15,77	23,65	32,20	41,37	369,91	-
Valor presente do crédito tributário	26.664	23.765	22.017	20.412	18.149	64.462	175.469

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$ 4.469 (R\$ 4.559 em 31 de dezembro de 2022), e nesta referência, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Notas Explicativas

Contas	31.12.2022		31.12.2023				
	Saldo	Ativo fiscal diferido	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	8.331	3.749	(1.233)	1.033	-	8.131	3.659
Provisão para outros valores e bens	1.800	810	-	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	10.131	4.559	(1.233)	1.033	-	9.931	4.469

d. Passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 7.334 relativos a ajustes positivos de Marcação a Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e de Atualização de Depósitos Tributários Federais.

Contas	31.12.2022	31.12.2023		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	-	33	-	33
Diferença temporária - CSLL	-	7.301	-	7.301
Total	-	7.334	-	7.334

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	2º Sem 2023	31.12.2022	31.12.2022
Recuperação de encargos e despesas	397	742	813
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	6.399	12.542	6.889
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	6.551	12.808	16.831
Reversão de provisões passivas	6.202	17.049	18.009
Atualização de valores ativos	5.055	10.014	8.473
Atualização de depósitos judiciais	5.718	11.795	9.258
Variação cambial e diferença de taxas	475	9.498	14.539
Outros	347	606	1.549
Total	31.144	75.054	76.361

Outras despesas operacionais	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Serviços associados a transações de pagamento	(1.649)	(3.255)	(3.025)
Desc. concedidos em renegociações	(3.216)	(3.919)	(927)
Variação cambial e diferença de taxas	(9.613)	(14.055)	(19.350)
Estorno de rendas	(128)	(521)	(966)
Provisões passivas	(9.822)	(18.895)	(18.186)
Provisão de outros créditos em liquidação	(5.642)	(10.291)	(10.216)
Ações cíveis	(1.213)	(1.865)	(1.807)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(4.305)	(103)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	(7.734)	(14.696)	(9.280)
Outros	(2.039)	(2.903)	(2.478)
Total	(41.056)	(74.705)	(66.338)

Notas Explicativas

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Insubstâncias passivas	497	914	2.006
Superveniências ativas	1.901	3.435	3.475
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	20	35	30
Outras receitas	104	333	423
Insubstâncias ativas	(5.521)	(8.296)	(3.403)
Superveniências passivas	(118)	(163)	(495)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(316)	(648)	(1.911)
Perdas em outros investimentos (a)	-	-	(11.754)
Outras despesas	(650)	(836)	(270)
Total	(4.083)	(5.226)	(11.899)

(a) O valor demonstrado em perdas em outros investimentos refere-se aos títulos classificados como letras de crédito imobiliárias adquiridas pelo Banpará junto ao Banco BVA S/A em 2012, considerando que em 2014 este teve falência decretada, o Banpará constituiu à época, provisão para reconhecimento da perda provável do referido título. No 3º trimestre de 2022, o Banpará efetuou estudo técnico conjunto entre a área jurídica e contábil, que concluiu que o valor deveria ser reconhecido como perda definitiva em razão de sua natureza, em contrapartida foi realizada a reversão do valor de R\$ 11.754 provisionado no exercício de 2013.

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Rendas por serviços de pagamento	8.287	13.474	10.294
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	1.830	3.522	3.624
Rendas de cobrança	481	928	813
Rendas de pacotes de serviços - PF	54.126	106.459	86.731
Rendas de serviços diferenciados - PF	926	1.783	1.536
Rendas de serviços especiais - PF	988	1.932	1.567
Rendas de convênios	1.224	2.529	2.984
Rendas de comissão de seguros e outros	12.207	22.131	20.118
Rendas de outros serviços	2.054	5.193	3.784
Total	82.123	157.951	131.451

Notas Explicativas

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Fornecimento de 2ª via de cartão	202	441	198
Saque de conta depósito à vista e poupança	2.671	5.335	3.529
Transferência por meio de DOC/TED	2.000	3.854	4.033
Concessão de adiantamento e depositante	587	1.037	770
Anuidade cartão de crédito	9.021	17.379	15.158
Pacote de serviço	5.323	10.791	10.480
Fornecimento de folha de cheque	107	225	259
Operações de crédito	297	581	443
Manutenção de conta ativa	427	866	823
Convênios	5.786	10.411	9.576
Outras rendas	1.232	2.263	1.761
Total	27.653	53.183	47.030

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Honorários	(1.765)	(3.291)	(2.712)
Encargos sociais	(72.696)	(142.218)	(123.438)
Benefícios	(60.120)	(112.222)	(96.405)
Proventos	(199.817)	(391.314)	(343.601)
Remuneração de estagiários	(1.186)	(2.316)	(2.439)
Treinamento	(2.076)	(2.832)	(1.985)
Total	(337.660)	(654.193)	(570.580)

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Água e energia	(8.710)	(15.626)	(14.618)
Aluguéis	(19.938)	(39.345)	(35.596)
Comunicações	(14.912)	(32.769)	(37.696)
Contribuições filantrópicas	(325)	(561)	(584)
Manutenção e conservação de bens	(11.416)	(21.457)	(21.316)
Material	(892)	(1.643)	(2.295)
Processamento de dados	(68.502)	(137.740)	(122.587)
Promoções e relações públicas	(4.832)	(8.820)	(7.211)
Propaganda e publicidade	(11.775)	(21.623)	(20.954)
Publicação	(900)	(919)	(587)
Seguro	(151)	(248)	(283)
Serviços do sistema financeiro	(24.607)	(45.472)	(44.843)
Serviços de terceiros	(6.451)	(13.402)	(13.980)
Serviços de vigilância	(40.598)	(81.676)	(72.192)
Serviços técnicos especializados	(7.783)	(12.528)	(5.418)
Transportes	(15.702)	(28.250)	(34.378)
Viagens	(1.088)	(1.543)	(709)
Amortização	(18.093)	(37.441)	(35.221)
Depreciação	(5.084)	(11.335)	(12.170)
Outras despesas administrativas	(4.365)	(7.602)	(7.608)
Total	(266.124)	(520.000)	(490.246)

Notas Explicativas

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º Sem 2023	31.12.2023	31.12.2022
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(5.500)	(10.562)	(8.940)
Contribuição ao COFINS	(43.941)	(81.695)	(64.144)
Contribuição ao PIS/PASEP	(7.140)	(13.276)	(10.423)
Outras despesas tributárias	(858)	(2.316)	(1.575)
Total	(57.439)	(107.849)	(85.082)

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 11,65%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 3,90%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 31.12.2023	Cenário provável (11,65%)	Cenário possível - estresse 25% (14,56%)	Cenário remoto - estresse 50% (17,48%)
Títulos e valores mobiliários	1.851.201	(215.665)	(269.535)	(323.590)
Operação - IPCA	Base 31.12.2023	Cenário provável (3,90%)	Cenário possível - estresse 25% (4,88%)	Cenário remoto - estresse 50% (5,85%)
Provisão para contingências	62.223	(2.427)	(3.036)	(3.640)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 29/12/2023.

Para provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 96.474 e o resultado do Banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Notas Explicativas

Cenário atual	Saldo	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático
AA	7.730.964	-	-
A	4.390.045	-	-
B	265.526	-	-
C	62.034	209	6
D	141.505	-	-
E	33.847	13.478	4.043
F	32.508	12.782	6.391
G	63.008	45.111	31.578
H	221.474	150.931	150.931
Total	12.940.911	222.511	192.949

Aumento 150% ativo problemático	333.766
--	----------------

Cenário estresse	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático	Complemento de provisão
C	313	9	3
E	20.217	6.065	2.022
F	19.173	9.586	3.195
G	67.667	47.367	15.789
H	226.396	226.396	75.465
Total ativo problemático	333.766	289.423	96.474

25. Outras Informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 31 de dezembro de 2023, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/21

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

Notas Explicativas

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. Referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de janeiro de 2023.

Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Etapa 1 - Avaliação (2022/2023): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis;

Etapa 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Etapa 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Notas Explicativas

Etapas 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Etapas 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/21.

Durante a execução da Etapa 1 foram mapeados os seguintes principais impactos.

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais.
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa e mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.

Notas Explicativas

- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O Banpará adotará o modelo completo de Perdas Esperadas. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e *clusterização* da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Res. 4.966, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

25.3 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e *Compliance*.

a. Histórico

Ao final de 2022, o Banco tomou conhecimento de denúncia anônima tendo por objeto supostas práticas irregulares por funcionários e administradores, eventualmente em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. Diante disso, o Conselho de Administração determinou a constituição de Comitê de Investigação independente para apuração dos fatos alegados e autorizou a contratação de especialistas externos independentes.

A partir de investigações internas e externas, concluiu-se, ao final de setembro de 2023, que não foram evidenciados indícios de ato intencional de um ou mais indivíduos da administração que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal e que o pagamento a fornecedores encontrava-se em conformidade com os regulamentos internos do Banco.

Notas Explicativas

Ressaltamos que a Instituição repudia contundentemente qualquer prática de corrupção e que possui o intuito de manter a ética e a transparência de suas ações, disponibilizando ao mercado, frequentemente e sempre que necessário, informações relativas à condução das apurações das referidas denúncias.

b. Ações implementadas

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos e *Compliance*, o Banco revisou e implementou várias medidas objetivando o aprimoramento de processos e gestão de governança corporativa da Instituição. Entre essas medidas destacamos: (i) a Revisão do Código de Ética e Conduta, com vistas ao aprimoramento dos princípios adotados pela Instituição de forma a refletir a realidade e o contexto no qual está inserida; (ii) revisão dos procedimentos em que se inserem imposições legais e determinações de órgãos reguladores; (iii) revisão de processos para adoção de melhores práticas do mercado; (iv) reformulação do “Canal de Denúncias” (Resolução CMN nº 4.859 de 23/10/2020), descrevendo os procedimentos pertinentes e orientando o público interno quanto à sua utilização e fluxo operacional, no qual estão definidas as responsabilidades por cada etapa do processo apresentado, com fundamento nos normativos legais que tratam do tema; (v) institucionalização do “Comitê de Ética no Banpará”, com total poderes de acesso independente e direto ao Órgão deliberativo máximo da Instituição, conforme recomendam as boas práticas, tendo por objetivo avaliar e acompanhar as questões que envolvem o Gerenciamento de Denúncias e reportes realizados via formulário disponibilizado no Site Institucional do Banpará, bem como verificar pertinência e veracidade das informações, para serem encaminhadas para avaliação e deliberação do Conselho de Administração do Banco, quando for o caso.

Notas Explicativas

c. Situação atual

O Banco reafirma sua convicção de que a estrutura de governança se encontra em patamares adequados do ponto de vista de mecanismos de conformidade, inclusive quanto aos termos do Decreto no. 11.129/2022 assim como que o Banpará passou a ter um “Programa de Compliance” moderno um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas, envolvendo toda a Instituição e as partes interessadas, constituído com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades na realização das atividades do Banco e, conseqüentemente, na mitigação dos riscos de compliance.

Nesse sentido, e considerando os novos processos e políticas implementados citados anteriormente, o Banco restabeleceu o fluxo operacional de apuração de ocorrências, inclusive já intermediado pelo Comitê de Ética, de forma a acelerar e dar vasão às ocorrências que se encontravam em fase de análise, de tal forma a concluir todas as análises no primeiro trimestre de 2024.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará"; "Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos que possam advir do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo – Investigações em curso e aprimoramento da estrutura de apuração de denúncias

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 (c) às demonstrações financeiras, a Administração do Banco adotou ações investigativas com o propósito de averiguar denúncias relatando eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e supostas atividades comerciais em desacordo com o Código de Conduta e Ética do Banco por parte de seus empregados, administradores e ex-executivos, bem como vem procedendo à reorganização interna do processo e da governança para apuração de denúncias. Essas ações, incluindo análises internas

sobre procedência e respectivas investigações, ainda se encontram em andamento. Consequentemente, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações, nem seus eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A., se houver.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião com ressalva sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banpará. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2(h), 7.2 e 7.3 às demonstrações financeiras, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para tanto, o Banpará utiliza políticas internas que consideram a definição de ratings de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito;

(b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de "ratings" aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e revisão das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2 (p), 14 e 16 às demonstrações financeiras, o Banpará é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A atribuição do prognóstico de perda dos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da Administração do Banco, e levam em consideração aspectos relacionados à existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros, apesar da incerteza inerente a prazos e desfechos.

Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) obtenção de cartas de confirmação das demandas diretamente com os assessores jurídicos externos e internos e confronto dos prognósticos de perdas e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis; (c) Inspeccionar a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; (d) avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados nos casos massificados; (e) apoio de nossos especialistas tributários na avaliação de temas relevantes, prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas; e (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

3. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

As operações do Banpará são dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e seus sistemas, capazes de suportar um elevado volume de transações processadas diariamente para fins de integração aos seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, ao processamento e à geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banpará e, consequentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banpará.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração do Banco, foram identificadas deficiências relevantes no ambiente de tecnologia relacionadas à governança sobre gestão de acessos a sistemas, gestão de interfaces e gestão de mudanças. Como consequência, consideramos esse aspecto em nosso planejamento de auditoria para determinados sistemas, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos evidências adicionais de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

4. Benefícios a empregados

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2 (r) e 19 às demonstrações financeiras, os benefícios pós emprego são ofertados pelo Banco aos seus empregados e correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de plano de previdência complementar e auxílio saúde, administrados pelo Icatu – Fundo Multipatrocinado.

Os benefícios a empregados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. As obrigações desses planos são calculadas com referência às premissas atuariais, incluindo, entre outras, tábua de mortalidade e taxa de desconto.

Devido à incerteza associada às premissas destacadas acima envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de previdência complementar e de auxílio saúde, bem como na definição dos valores prováveis de desembolso, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras; (b) efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados.

Consideramos que nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas sobre as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são consistentes com dados e informações obtidas em nossa auditoria no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banpará, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banpará. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de

uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 8 de março de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Rodrigo Ribeiro Viñau
Contador CRC-1SP 236048/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S/A - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes e a opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Belém, 5 de março de 2024.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Contabilidade, Controles Internos e Compliance, com a Auditoria Interna, com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 do Banpará são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará

Belém, 5 de março de 2024.

Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 6 de fevereiro de 2024.

Diretoria Colegiada

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas do período findo em 31 de dezembro de 2023 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 8 de março de 2024.

Diretoria Colegiada